Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
03/11/25
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 30/10/25
Protocolo

REQUERIMENTO Nº 588, DE 2025.

(Proponente: Vereador Edson Souza/MDB)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

REQUEIRO, nos termos do art. 149, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhado expediente à Autarquia Municipal de Mobilidade, Trânsito e Cidadania - TRANSITAR, solicitando informações sobre a operação do eletro terminal, conforme segue:

1. Considerando a construção do eletro terminal que tem por finalidade abastecer os ônibus elétricos do transporte público, como se dá a manutenção e custeio deste espaço? Detalhar quais são as atribuições da TRANSITAR e de outros órgãos, caso existam.

2. Qual o custo mensal da energia elétrica despendida no eletro terminal? Especifique desde o primeiro mês de operação até outubro de 2025.

3. Quantos pontos de estação de recarga estão em funcionamento no eletro terminal?

4. Qual o valor unitário referente à instalação de cada estação de recarga e qual o montante global despendido com a implantação das referidas estações?

5. Qual empresa foi a fornecedora desse equipamento? Encaminhe cópia do contrato bem como das notas fiscais.

É o que Requer. Sala das Sessões.
Cascavel, 30 de outubro de 2025.

Edson Souza
Vereador/MDB

Justificativa

No segundo semestre de 2024, o sistema de transporte público do Município de Cascavel foi ampliado com a aquisição de novos ônibus totalmente elétricos, que não utilizam combustíveis fósseis. Em razão dessa inovação tecnológica, tornou-se necessária a implantação de infraestrutura adequada para o recarregamento das baterias, garantindo o pleno funcionamento e a continuidade da operação da frota. Para atender a essa demanda, foram construídos os eletro terminais e instaladas estações de recarga destinadas ao abastecimento dos veículos elétricos.

Diante disso, solicitam-se esclarecimentos detalhados quanto às estruturas efetivamente adquiridas, bem como informações sobre os custos de manutenção desse investimento, a fim de assegurar maior transparência e possibilitar o acompanhamento técnico e financeiro da aplicação dos recursos públicos.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA